

INVESTIMENTOS NA SAÚDE

MT vai receber duas maternidades

Da redação

Os municípios de Sinop e Várzea Grande serão contemplados com uma maternidade cada, como parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), do Governo Federal. De acordo com o Ministério da Saúde, será feito um investimento significativo de R\$ 4,76 bilhões, voltado para a saúde. Este programa resultará na construção de 36 novas maternidades em 21 estados brasileiros.

As novas maternidades serão estrategicamente localizadas em macrorregiões de saúde que apresentam os maiores índices de mortalidade materna e demanda por leitos. Este projeto visa beneficiar diretamente mais de 26 milhões de mulheres, proporcionando até 583 mil atendimentos anuais.

De acordo com Mirela Pessatti, arquiteta responsável pelos projetos, as novas unidades de saúde serão construídas com padrões de média e alta complexidade, focadas no atendimento à gestante, puérpera e ao

recém-nascido. As maternidades serão divididas em dois portes: porte 1, com 8.200m² e até 100 leitos; e porte 2, com 10.150m² e capacidade para até 150 leitos.

Cada maternidade oferecerá uma gama abrangente de serviços especializados, incluindo centro de parto normal intra-hospitalar, suítes de pré-parto, parto e pós-parto, centro cirúrgico e obstétrico, alojamentos conjuntos, quartos de internação de alto risco, unidades de terapia intensiva neonatal e materna, suítes de expectativa para emergências, áreas privativas para mulheres vítimas de violência, entre outros.

"A prioridade é garantir um atendimento humanizado e respeitar a privacidade das mulheres, desde aquelas com gestações de risco habitual até as de alto risco e aquelas que requerem cuidados especiais, como vítimas de violência", enfatiza Mirela.

O secretário adjunto de Atenção Especializada à Saúde, Nilton Perei-



Rodrigo Nunes/MS

ra Júnior, complementa: "Estamos introduzindo um modelo assistencial baseado em boas práticas e na humanização do parto e nascimento, incorporando avanços tecnológicos, saúde digital, ensino e pesquisa".

Os projetos arquitetônicos e de engenharia das maternidades, em

ambos os portes, serão disponibilizados pelo Ministério da Saúde para facilitar a execução das obras e instalação dos equipamentos, visando a rápida entrega à população. Todos os projetos foram desenvolvidos utilizando a metodologia BIM (Modelagem da Informação da Cons-

trução), proporcionando uma abordagem avançada e integrada para arquitetos, engenheiros e construtores.

Este avanço representa um marco na infraestrutura de saúde de Mato Grosso, prometendo melhorias significativas na assistência materno-infantil e for-

talecendo o compromisso com a qualidade de vida das mulheres e o bem-estar das famílias. A expectativa é de que as novas maternidades não apenas atendam às necessidades emergentes, mas também estabeleçam novos padrões de excelência na saúde pública do estado.

Prefeitura manda reforço para coletar lixo acumulado em Cuiabá

Gilberto Leite



Da redação

Quase uma semana após o término da greve dos trabalhadores da coleta de lixo em Cuiabá e Várzea Grande, ainda é possível ver muitos sacos de lixo acumulados em frente às residências. Esse acúmulo foi resultado da suspensão dos serviços durante a tentativa de obter melhores condições de trabalho.

Os trabalhadores da empresa Locas Saneamento Ambiental chegaram a um acordo por meio do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT-MT). O Sindicato Específico dos Empregados em Empresas de Limpeza Urbana e Áreas Verdes do Estado de Mato Grosso (Sindilimp) e a empresa responsável pelos serviços concordaram em aumentar o salário para

R\$ 3.406, incluindo salário-base, gratificação por assiduidade, auxílio-alimentação, adicional de insalubridade e vale gás. Também ficou acordado que não haverá perseguição aos trabalhadores.

Apesar do acordo, e com tanto lixo acumulado, nesta sexta-feira, 12 de julho, a Prefeitura de Cuiabá determinou que a Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos (LIMPURB), em parceria com a empresa terceirizada LOCAR Saneamento Ambiental Ltda., aumente o número de veículos coletores responsáveis pela retirada de resíduos domésticos na cidade. Com este aumento, agora são 28 caminhões atuando simultaneamente nos mapas de coleta da capital, recolhendo aproximadamente 500 toneladas de detritos

domésticos diariamente.

"Em conversas com a empresa LOCAR, enfatizamos a importância de normalizar os serviços de coleta o mais breve possível em Cuiabá. A empresa prontamente se comprometeu a aumentar o contingente de veículos, incluindo o uso de caminhões reserva da frota. Originalmente operávamos com 23 compactadores, e agora, para mitigar os impactos da greve, colocamos nas ruas da capital 28 caminhões coletores", afirmou João Carlos Hauer, diretor-geral da LIMPURB.

Em Cuiabá, as coletas são agendadas conforme o cadastro dos moradores: dias pares para algumas localidades às segundas, quartas e sextas-feiras; dias ímpares para outras localidades às terças, quintas e sábados. A distribuição

dos turnos de coleta é organizada da seguinte forma: o 1º turno começa às 5h, cobrindo as regiões norte e sul da cidade; o 2º turno às 11h, abrangendo a região central, o Distrito Industrial e partes da região oeste; o 3º turno às 17h atende bairros como Jardim Aclimação, Canjica, Terra Nova, Morada do Ouro, Consil, Verdão, Santa Rosa I e II, Santa Marta, Flamboyant, Jardim Araçá, Santa Angelita e Quilombo; e o 4º turno ocorre à noite, às 22h, em cerca de 25 localidades da cidade.

Reivindicações da categoria incluem: aumento do piso salarial de R\$ 1.423,00 para R\$ 1.750,00; pagamento do FGTS; melhoria da frota; pagamento do benefício vale alimentação; fornecimento imediato de uniformes; e mudança na carga horária.

Ex-presidente da OAB-MT recebeu terras com assinatura falsificada

Da redação

Uma denúncia levada a Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso trouxe um laudo pericial que comprovou o uso de uma assinatura falsificada em um documento que cedia a porcentagem de uma propriedade em Barra do Garças para o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso (OAB-MT), Renato Gomes Nery. O documento é de 2001 e a denúncia foi feita há quatro anos.

Segundo o laudo pericial que a reportagem do Estadão Mato Grosso teve acesso, os documentos cujo as assinaturas foram falsificadas são "o Instrumento Particular de Compra e Venda e Direito de Posse datado em 25/11/1992, Instrumento Particular de Cessão De Direitos, datado em 06/03/1996 e Instrumento Particular de Cessão De Direitos, datado em 23/03/2001", todos eles assinados em nome de Manoel Cruz Fernandes para o advogado.

Manoel, já falecido, era pecuarista e Renato atuava em sua defesa para uma disputa de terra que corre na justiça desde 1986. Em 2001, apesar de estar muito longe de qualquer conclusão, Manoel e sua esposa, Vilma Terezinha Destro Fernandes cederam, em cartório, 2.579 hectares de uma propriedade com 7.314 he como pagamento da ação para Nery. O documento foi reconhecido firma em 2005 e digitalizado 2007.

Apesar da situação, a denúncia em si, feita anos mais tarde, não foi contra o advogado e sim contra o cartório onde o tabelião da época, reconheceu o documento no Cartório do Segundo Ofício da Comarca de Barra do Garças. No documento, é destacada a urgência em analisar o caso pois as assinaturas estavam sendo usadas em ações judiciais para grilagem de terras.

A sentença saiu apenas dois anos depois, em 2022, e determinou o cancelamento do Cartão de Assinatura em nome de Manoel e o cancelamento do selo físico de autenticidade do TJMT. A tabelião que reconheceu a assinatura do já falecido Manoel Cruz também já havia morrido e após o cumprimento da determinação do juiz, o processo foi arquivado.

Ainda no trecho da sentença, proferida no dia 30 de agosto de 2022 pelo juiz Michell Lotfi Rocha da Silva, é dito que "a este Juízo, não compete decidir acerca da nulidade do instrumento particular de cessão de direitos, supostamente realizado entre Manoel Cruz Fernandes e Renato Gomes Nery, pois, é matéria que deve ser conhecida em sede de jurisdição contenciosa, aliás, há notícias nos autos acerca da existência de ações judiciais em andamento envolvendo tais direitos, bem como herdeiros do falecido (Manoel)".

Uma das supostas causas da morte de Renato Nery foi uma disputa de terras. A causa da morte, no entanto, não foi revelada ainda pela investigação.

EDITORIAL

O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recorrentes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse 'negacionismo climático' é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima favorável para o cultivo,

a terra onde "em se plantando, tudo dá" como já relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doença que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna insustentável. É

o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco

de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesquisa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adversos, que devem se tornar cada vez

mais frequentes. Os 'refugiados do clima' vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agricultáveis do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for feito para mudá-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

As vantagens da linga de corrente

Sérgio Castanheira (*)

A elevação e a movimentação de cargas são tarefas que envolvem muitos fatores, mas dois se destacam como fundamentais: segurança e eficiência. Garantir que ambos sejam alcançados depende de profissionais capacitados, equipamentos de qualidade e respeito às normas e especificações. A esta lista, podemos também acrescentar o conhecimento sobre as melhores opções de técnicas e de materiais que podem ser aplicados em diferentes situações.

É nesse cenário de opções que a linga de corrente entra como uma alternativa que traz diversas vantagens, a depender da carga a ser movimentada. Isso acontece porque uma de suas principais características é a versatilidade, um quesito no qual lingas de cabo de aço e cintas de elevação estão em desvantagem.

O primeiro ponto dessa versatilidade está na capacidade de ajuste do comprimento do ramal de forma independente. Ou seja, em uma linga com quatro ramais, por exemplo, cada um deles pode ter sua extensão facilmente ajustada para diferentes tamanhos de acordo com a necessidade. Isso é feito por meio de um gancho encurtador.

Esta flexibilidade de ajuste é especialmente importante no içamento de cargas que apresentam centros de massa irregular, pois permite mais estabilidade na movimentação e mitiga riscos de desequilíbrios. Temos então uma movimentação mais segura para todos que estão operando no local e para a preservação da carga, que não corre riscos de sofrer danos.

As lingas de correntes têm ainda a vantagem de poderem operar em situações mais extremas de calor. Cabos de aço com alma de fibra estão limitados a 82°C, já cabos de

aço com alma de aço e cintas de poliéster resistem até 100°C. Por sua vez, uma linga de corrente pode operar em condições de temperatura de até 400°C, o que as torna ideais para determinados segmentos da indústria.

Algumas limitações

Mesmo com toda a flexibilidade e resistência que apresentam, as lingas de corrente têm suas limitações de uso. Por ser de um material mais rígido, o eventual contato com certas superfícies poderia provocar danos que cabos de aço e cintas não causariam.

Outro ponto que deve ser considerado é que se trata de um equipamento cuja inspeção demanda mais trabalho. Uma linga de corrente é sempre composta por diferentes peças, como gancho, elo conector, anel de carga e corrente. Assim, inspeções de segurança devem analisar todos esses componentes de forma isolada, tanto visualmente como por

meio de medições para detectar deformações.

Embora seja um equipamento cuja inspeção requer cuidado com mais peças e detalhes, nas situações em que a linga de corrente pode ser usada ela segue sendo uma opção muito vantajosa por conta de sua versatilidade na montagem do número de ramais necessários e no ajuste de cada um deles de acordo com as demandas de segurança.

Na prática, é um equipamento que traz mais eficiência para diversas operações de elevação e movimentação de cargas e que precisa ser considerado como uma opção estratégica na comparação com cabos de aço e cintas de elevação.

* SÉRGIO CASTANHEIRA é gerente de produção da Acro Cabos



Vergonha

Ussiel Tavares (*)

Nos últimos dias, temos presenciado uma das maiores crises na história da nossa Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT). Como advogado que iniciou sua trajetória na gestão do Dr. Renato Gomes Nery, entre 1989 e 1991, sinto a necessidade de expressar meu profundo pesar à família do Dr. Renato pelo trágico ocorrido e também de manifestar minha indignação perante os recentes acontecimentos.

É inaceitável observar o uso irresponsável deste lamentável evento por aqueles que desejam imputar à presidente Gisela Cardoso acusações infundadas de omissão. Estão tentando manipular a situação para fins pessoais, atribuindo-lhe responsabilidade por ações e decisões que claramente não estão sob sua alçada. Esse comportamento é um desserviço à nossa classe, que neste momento crítico, deveria se unir em busca de soluções.

O vazamento irresponsável da representação disciplinar protocolada pelo Dr. Renato Gomes Nery é um ato deplorável.

Essa atitude não apenas prejudica a investigação, mas também condena antecipadamente todos os mencionados na representação. Não sei de quem partiu essa ideia infeliz, mas é evidente que esse vazamento fere gravemente os princípios fundamentais do Direito, como o contraditório e o amplo direito de defesa.

Divulgar uma representação dessa natureza é uma violação ao nosso sistema de justiça. Não podemos permitir que o Poder Judiciário seja pressionado de forma tão irresponsável. Se há irregularidades, estas devem ser encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou a outros órgãos competentes. Generalizar e julgar sem oferecer a devida oportunidade de defesa é um ataque direto aos pilares da nossa profissão.

Precisamos ter um Judiciário forte. Estamos correndo o risco de retornar a épocas sombrias, onde o crime de pistolagem era comum em nossa sociedade. Precisamos aprender com os erros do passado e agir com responsabilidade para assegurar a integridade do nosso sistema jurídico.

Outra acusação covarde e infundada que precisa ser rebatida é a de que a OAB não ofereceu segurança ao Membro Honorário Vitalício. Tal alegação é não apenas covarde, mas também irreal. Na representação feita por Renato Nery, não há pedido de segurança à sua pessoa; caso houvesse, a OAB procederia com o pedido à Secretaria de Segurança Pública e demais órgãos competentes. Como poderia a OAB-MT garantir tal segurança? Dr. Renato Gomes Nery era um advogado combativo e, como ex-presidente da OAB, sabia bem das limitações da instituição nesse aspecto.

Dada a gravidade do momento e minha profunda preocupação com os rumos que a eleição da OAB tem tomado, decidi solicitar meu afastamento da comissão designada para acompanhar o caso do Dr. Renato Gomes Nery. Estamos enfrentando práticas que sempre condenamos na política partidária, e isso é inaceitável. Confio plenamente na presidência da OAB-MT para a condução justa e imparcial desse processo, bem como nas autoridades competentes para esclarecimento dos fatos. Minha participação não alteraria esse

compromisso com a verdade e a justiça.

Expresso aqui meu irrestrito apoio à pré-candidatura da Dra. Gisela Cardoso e minha solidariedade diante dos ataques covardes que ela vem sofrendo. Este é um claro exemplo de violência de gênero. Conheço a Dra. Gisela há mais de 20 anos e posso afirmar com certeza que ela não se acovardará. Ela é firme como uma rocha e possui um histórico de luta admirável.

Este é o momento de nossa classe se unir em defesa dos valores fundamentais que nos guiam e da justiça que tanto prezamos. Devemos, ombro a ombro com a OAB, lutar pela elucidação do assassinato do Dr. Renato Gomes Nery e pela punição dos criminosos. Não podemos permitir que a integridade da OAB-MT seja comprometida por interesses pessoais e atitudes irresponsáveis.

USSIEL TAVARES é advogado, presidente da Comissão Especial da Advocacia Pro Bono da OAB Nacional.



O PA e o desafio do acolhimento

José Arthur Brasil (*)

O trabalho dentro de um hospital é complexo devido a diversas camadas de atendimento que são necessárias para abranger as necessidades de todos os pacientes. É preciso gerenciar altas complexidades, como cirurgias de emergência e a necessidade de utilização de UTI, bem como demandas eletivas para procedimentos pré-agendados e consultas marcadas com especialistas. No entanto, é o fluxo do Pronto Atendimento (PA) que escancara o maior desafio da rotina hospitalar.

O Pronto Atendimento é o local que concentra queixas distintas de pacientes que buscam atendimento com graus de complexidade diferenciados. Em uma mesma porta de entrada, encontram-se pessoas com dor de cabeça, dor de garganta, diarreia, até pacientes com crises renais graves, dores agudas no peito e suspeita de infarto, confusão mental e a possibilidade de Acidente Vascular Cerebral, hemorragias. Por essas peculiaridades é que

o Pronto Socorro (PS) é um setor altamente delicado de atendimento em saúde.

Ninguém procura o hospital se está bem. Todos possuem queixas legítimas, estão sensibilizados e precisam ser bem atendidos. No entanto, um paciente que está apenas com cefaleia simples, sem outros sinais de complicação, não terá prioridade frente a casos de pacientes com dor no peito, por exemplo.

Uma das explicações para a grande demanda e complexidade de atendimento no PS é a falta de estrutura de qualidade nas Unidades Básicas de Saúde. Muitos dos pacientes que procuram o setor de emergência hospitalar têm queixas que deveriam ser atendidas em consultas da especialidade de família ou clínica médica. São atendimentos que deveriam ser realizados pela atenção básica em saúde.

Há diversas campanhas governamentais, iniciativas municipais, principalmente, para alertar cidadãos sobre a busca mais efetiva de atendimento de saúde. Instituições particu-

res e beneficentes também têm se engajado, mas não é apenas a informação que precisa ser repassada de forma precisa. De nada adianta o cidadão saber aonde deve ir, se o atendimento não ocorre. São muitos os cenários em que o paciente busca atendimento no setor primário, mas não consegue uma consulta ou mesmo tem seu agendamento marcado para dali alguns meses, o que também dificulta o acompanhamento eficaz.

A própria relação dos brasileiros com a saúde também impacta nesse fluxo. Muitos pacientes não possuem mais um médico de referência, que conhece seu histórico de saúde e seria um ponto de contato nesses momentos e de distribuição da carga de atendimento. Assim, quando há alguma queixa ou algo que chama a atenção na saúde, é nos prontos atendimentos que eles buscarão apoio.

Para além de apontar dificuldades, é preciso buscar soluções. Investir em ferramentas de gestão do PA parece o melhor caminho. Uma triagem eficaz é ponto crucial para que isso ocorra. Os profissionais que estão à frente desta tarefa precisam ser muito bem treinados tecnicamente, mas também possuir habilidades comportamentais como paciência, empatia e boa tomada de decisões quando o cenário fica mais complexo.

Grande parte das instituições de saúde trabalha com o Protocolo de Manchester, que é um método de classificação para determinar quais são os atendimentos prioritários na emergência. Com ele, quem chega ao PA é identificado por cores, dependendo da urgência de atendimento. Pacientes com a cor vermelha devem ser atendidos imediatamente. Aqueles com a cor laranja exigem atenção, e devem ser atendidos com prazo de 10 minutos, aproximadamente. A cor amarela indica casos não imediatos, em que a espera pode chegar a 1 hora. A identificação verde é para pacientes menos graves, com espera estimada em 2 horas. E a cor azul é para quadros simples de saúde, com espera de até 4 horas.

Esse protocolo foi inventado no início da década de 1990 e começou a ser implantado

em hospitais do Reino Unido. O método é eficaz, mas, ao longo dos anos, vem dividindo experiências com outros formatos de classificação e atendimento. Um deles é o chamado Fast Track, conceito que abrange a necessidade de acelerar processos médicos e garantir celeridade no atendimento ao paciente. Para funcionar, é essencial que a avaliação no Pronto Atendimento seja criteriosa.

Na prática, o Fast Track alivia a demanda no PS ao prever um espaço separado em que pacientes com menor complexidade são encaminhados. Nesse local, todos são atendidos com mais rapidez, já que as queixas são simples e preveem também protocolos mais fáceis de administrar. É como se houvesse a possibilidade de acelerar o atendimento a partir da identificação de que o problema de saúde não necessita de internação ou de intervenções invasivas. A ideia é trazer a eficiência como ponto central para o paciente, sem deixar de lado segurança, qualidade e atendimento especializado.

Sabemos que daqui para frente outros tantos protocolos e iniciativas que buscam melhorar a experiência do atendimento do paciente surgirão. A inteligência artificial deve cada vez ser mais aplicada e servir como um apoio nesse sentido. A própria relação com a saúde vem mudando no mundo todo. Mas o que não vai mudar e precisamos ter clareza é que os pacientes estão ali em busca de acolhimento. Todos os pontos de melhoria e inovação devem buscar oferecer assistência e resolutividade que garantam a cada um que está ali ser visto em sua individualidade. Cada esforço que contribui para a otimização de recursos hospitalares e para a diminuição da pressão no sistema de saúde é válido. E o trabalho é coletivo. Precisamos todos — pacientes, profissionais e gestores — nos unirmos nesse caminho.

* JOSÉ ARTHUR BRASIL é coordenador médico do Hospital São Marcelino Champagnat



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

"RAPOSAS NA POLÍTICA"

Emanuel Pinheiro (MDB) criticou ainda os pré-candidatos à Prefeitura de Cuiabá por debaterem sobre o BRT somente em ano de eleições

Prefeito sugere criação de CPI

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), criticou os pré-candidatos à sua sucessão, afirmando que nunca discutiram "mobilidade urbana" da capital, nem mesmo sobre o "BRT e VLT". O emedebista pediu ainda que os deputados estaduais abram uma "CPI do BRT" para investigar os motivos que levaram o Governo do Estado a trocar o VLT pelo BRT em Cuiabá e Várzea Grande.

Conforme o prefeito, os pré-candidatos Abílio Júnior (PL) e Lúdio Cabral (PT), deputados federal e estadual, respectivamente, denunciaram que o BRT seria gerido pela família do presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União). Entretanto, Emanuel não poupou críticas a Abílio, Botelho e Lúdio por abandonarem os "mandatos no meio do caminho" para disputar a eleição e por "jamais terem tratado

sobre mobilidade urbana com a Prefeitura de Cuiabá".

"Descobrimos um esquema para beneficiar a família do presidente da Assembleia e que a empresa do [Rômulo Botelho] seria a detentora do contrato do BRT. E foi por isso que acabaram com o VLT. Eles nunca abriram a boca e agora estão se passando por paladinos da moralidade e falando do transporte público da capital. Prometeram em campanha que iriam concluir o VLT, e destruíram os trilhos e tudo mais, e depois mudaram de ideia, dizendo que vão comprar os 50 ônibus e doar. Isso é coisa de mãe para filho. Está na cara que tem algo errado aí. Eu defendo a CPI do BRT, a Assembleia está perdendo o bonde da história, deveria fazer para saber o que tem por trás dessa facada nas costas da população cuiabana. Faço um pedido ao público: a sociedade merece saber a verdade sobre o BRT", desafiou o prefeito.

Emanuel criticou a "onda de preocupação" com o transporte público vinda de "velhos políticos". "Querem largar o mandato no meio do caminho e se aventurarem a ser prefeito da capital, e agora estão preocupados? Estão atrás de votos da população e começam a criar uma falsa preocupação com o transporte coletivo da capital. Qual é a proposta que eles fizeram? Todos eles têm mais de dois mandatos, seja como vereador, deputado estadual ou federal, e são políticos experientes. Quantas emendas eles enviaram para a mobilidade urbana? Qual medida ou proposta de lei ou pronunciamento a favor do transporte coletivo ou da região intermunicipal eles fizeram, seja a favor do BRT ou VLT, contra essa mazela, esse desperdício de recursos públicos do Governo do Estado ao trocar de modal? Nunca abriram a boca, e agora querem discutir tarifa, VLT ou BRT", criticou.



Emanuel pediu aos deputados que investiguem os motivos que levaram o Governo do Estado a realizar a troca do VLT pelo BRT

ELEIÇÕES 2024

MDB lança Kennedy como pré-candidato à Prefeitura



Sem se considerar de esquerda nem de direita, o empresário se apresentou como o "prefeito do povo"

Da Redação

O empresário Domingos Kennedy foi oficialmente anunciado como pré-candidato à Prefeitura de Cuiabá pelo MDB, o mesmo partido do atual prefeito Emanuel Pinheiro. Sem se considerar de esquerda nem de direita, ele se apresentou como o "prefeito do povo" e avisou que não pretende entrar em brigas duran-

te a campanha política, pois seu foco é trabalhar. "Deixo para eles resolverem", disse em referência aos seus concorrentes já declarados e aos futuros.

"Enquanto vão brigando, vou conversando com o povo. Não vou entrar nessa nós vamos trabalhar. Não quero saber de briga", afirmou durante discurso à imprensa nesta terça-feira, 9 de julho, em Cuiabá.

Kennedy ressaltou que ainda está se familiarizando com todo o processo, já que faz apenas uma semana que foi "apadrinhado" pelo MDB. "Preciso entender mais sobre os problemas da capital, mas daremos atenção à saúde, aos servidores, à boa relação com o governador e às propostas de melhoria para o povo. Vamos trabalhar para melhorar a vida dessas pessoas. Eu

tenho experiência como gestor, enquanto eles [outros candidatos à prefeitura] são deputados. São boas pessoas, mas eu sei gerir", pontuou.

Kennedy também mencionou que pretende criar uma "controladoria do prefeito". "Será composta por um engenheiro, um economista, um comprador e um advogado. [...] Se o prefeito sentir que há algo errado, essa equipe vai in loco verificar e garantir que eu e o secretário não tenhamos problemas futuros", explicou.

RELAÇÃO COM O GOVERNADOR - Diferente de Emanuel, que não possui uma relação amistosa com o governador Mauro Mendes (União), Kennedy garantiu que é amigo do governador e que manterá uma relação próxima. "Essa briga [Emanuel x Mauro] prejudica principalmente o povo. É o povo que perde mais do que qualquer outra pessoa. Não vamos trabalhar assim. Vamos nos sentar e trazer todos os benefícios possíveis para o povo, pois eles merecem. O povo

merece o nosso carinho", ressaltou.

POLÊMICA DOS MODAIS - Sobre o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT), Kennedy afirmou que não quer se envolver. Para ele, o VLT traria mais conforto, mas com a instalação em andamento do BRT, ele acredita que o melhor é se conformar: "Temos que aceitar. Se foi feita uma pesquisa e foi escolha do povo, então tem que ser respeitado", disse.

Quanto à denúncia apresentada na última semana pelo deputado estadual e pré-candidato ao Alencastro, Lúdio Cabral (PT), que comprova que a concessão do BRT já estava prevista em contrato, mesmo sem o modal estar pronto e sem processo licitatório, Kennedy preferiu não se envolver. O quarto aditivo do contrato n. 003/2017/01/04/SINFRA prevê que o Consórcio Metropolitano de Transporte (CMT) poderia assumir a administração do modal, caso seja de interesse do Governo do Estado e dos Municípios de Cuiabá e Várzea Gran-

de. Ao levar isso para plenário, Lúdio e Eduardo Botelho (União) protagonizaram uma discussão acalorada, uma vez que a CMT pertence ao irmão do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Sobre o assunto, Kennedy novamente preferiu não se envolver. "Deixo para eles resolverem".

EMANUEL LÁ, EU CÁ - Por fim, Kennedy afirmou que não tem ligação com Emanuel e que não foi apadrinhado por ele, mas sim pelo partido. "Ele [Emanuel] não vai fazer parte da minha campanha. Ele tem o compromisso dele com o povo e eu vou fazer a minha campanha. Sou mais uma opção para o povo, assim como os outros candidatos. Vamos trazer as melhores propostas", concluiu.

Além do empresário, estavam presentes no evento o presidente do diretório municipal do MDB, Francisco Faiad, o deputado federal Emanuelzinho, o deputado estadual Juca da Guaraná, vereadores da capital e lideranças da sigla.

INTERFERÊNCIA DO GOVERNO

Julio dá aviso: decisão é da AL

Da Redação

O deputado estadual Júlio Campos (União) afirmou que a "disputa" entre Janaina Riva (MDB) e Beto Dois a Um (União) pela Primeira-Secretaria da Assembleia Legislativa é "democrática" e ressaltou que o governo pode "até interferir, mas o assunto é interno da Casa".

"Eu vejo esse embate de forma democrática. O governo pode até interferir, mas este é um assunto interno da Casa.

Não nos intrometemos nos assuntos internos do governo nem do Judiciário. O Poder Legislativo não deve sofrer interferências externas, seja do Executivo ou do Judiciário", declarou em conversa com a imprensa.

Como apoiador de Janaina Riva, ele enfatizou que ela está "forte" e que a Assembleia Legislativa votará uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para ampliação dos cargos na Mesa

Diretora e mudança da data da eleição para o início de agosto. "Esta noite teremos uma nova reunião do grupo dos 14. Vamos votar uma emenda para antecipar a eleição da Mesa para a primeira semana de agosto. A PEC não depende do governo, é uma prerrogativa da Assembleia", explicou Júlio Campos.

O jantar para fortalecer o apoio à deputada Janaina Riva ocorrerá na residência do deputado Diego Guimarães (Republicanos).



Júlio ressaltou que a disputa é "democrática" e destacou que o governo pode "até interferir, mas o assunto é interno da Casa"

OPORTUNIDADES DE SOBRA

Em Mato Grosso, a Cidade Industrial se destacou ao registrar o segundo maior saldo de empregos durante o mês de maio, segundo o Caged

VG registra saldo positivo em maio

Da redação

Várzea Grande conquistou a segunda posição no saldo positivo de empregos em Mato Grosso no mês de maio, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego. O município alcançou 404 novas contratações, destacando-se como um dos principais motores da geração de empregos no estado, ficando atrás apenas de Cuiabá, que registrou 579 novas vagas.

O bom desempenho de maio reflete uma tendência positiva ao longo de 2024. Entre janeiro e maio, Várzea Grande contratou 16.286 trabalhadores com carteira assinada, enquanto 13.770 foram demitidos, resultando em um saldo positivo de 2.741 novas vagas. O setor de Serviços liderou a criação de empregos, com 1.160 contratações,

seguido pela indústria (650), comércio (573) e construção civil (138). A agropecuária foi o único setor a registrar saldo negativo, com a perda de cinco vagas.

A distribuição das novas vagas no município mostrou uma absorção equilibrada entre gêneros, com 1.299 homens e 1.217 mulheres contratados. A maioria dos trabalhadores possuía ensino médio completo (1.800 vagas), seguido por aqueles com ensino superior (385) e ensino médio incompleto (208). Jovens de 18 a 24 anos foram os mais contratados, totalizando 939 novas vagas, seguidos por trabalhadores de 30 a 39 anos (428) e de 25 a 29 anos (385). Menores aprendizes também tiveram destaque, com 324 novas contratações.

Além dos trabalhadores locais, Várzea Grande também se mostrou um importante destino para trabalhadores



A maior parte dos novos postos de trabalho foram no setor de Serviços com 1.160 trabalhadores contratados

estrangeiros, com 364 não brasileiros sendo empregados, dos quais 304 foram absorvidos pela indústria. Entre os estrangeiros, os venezuelanos se destacaram,

ocupando 347 das novas vagas.

Charles Caetano Rosa, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Turismo, celebrou os

resultados. "Os números mostram que estamos gerando impactos reais e positivos na vida dos nossos cidadãos. A ampliação da captação de vagas no Sine Mu-

nicipal e o programa VG Mais Emprego foram peças fundamentais nessa conquista. A inauguração do CAE - Centro de Atendimento ao Empreendedor, além da isenção de taxas para a abertura da primeira empresa e do apoio constante ao empresário, são exemplos claros do nosso compromisso", afirmou.

Rosa também mencionou que investimentos em infraestrutura, como asfaltamento, saneamento, abastecimento de água, novas escolas e melhorias na saúde, além de um planejamento estratégico para os próximos 20 anos elaborado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), estão atraindo novas empresas e fortalecendo a economia local. "Nosso objetivo é garantir que Várzea Grande se torne um polo de oportunidades e crescimento para todos os seus habitantes", concluiu.

SETOR TÊXTIL

Redução do ICMS está mantida em Mato Grosso

Da redação

A Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) anunciou que a redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para os setores de calçados, vestuário, confecções e tecidos está mantida até abril de 2026. Este benefício fiscal, implementado em 2021, visa aliviar a

carga tributária e estimular o crescimento das empresas desses segmentos.

Empresas varejistas interessadas devem formalizar a adesão ao benefício por meio do Sistema de Registro e Controle da Renúncia Fiscal (RCR). A redução é aplicada de forma escalonada, dependendo do faturamento bruto acumulado nos 12 meses anteriores ao pedido.

Para empresas com receita bruta acumulada de até R\$ 8 milhões, a base de cálculo do ICMS será reduzida para 70,59% do valor da operação, resultando em uma carga tributária de 12%. Para aquelas com receita bruta entre R\$ 8 milhões e R\$ 16 milhões, a base de cálculo será de 82,35%, com carga tributária de 14%. Já para empresas com receita bruta superior a R\$ 16 milhões e limitada a R\$ 90 milhões,

a base de cálculo será reduzida para 88,24%, resultando em uma carga tributária de 15%.

Essas faixas de redução beneficiam empresas de médio e grande porte, além de contribuintes do Simples Nacional que faturam acima do sublimite de R\$ 3,6 milhões anuais, os quais podem optar pela redução da base de cálculo do ICMS ao alcançar essa faixa de receita.

Para se qualificar ao benefício, as empresas devem cumprir os requisitos estabelecidos pela legislação, como não possuir irregularidades fiscais com a Sefaz, manter essa regularidade, ser optantes do Regime Optativo de Tributação da Substituição Tributária (ROST) e registrar mensalmente na Escrituração Fiscal Digital (EFD) o valor do benefício usufruído.

A prorrogação do benefício fiscal, que inicialmente vigoraria até abril de 2024, foi estendida até 30 de abril de 2026 após solicitação da Sefaz ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A medida foi oficializada pelo Decreto nº 910/2024, publicado no Diário Oficial do Estado em 07 de junho.

*Com informações da Assessoria de Imprensa

AGRICULTURA FAMILIAR

Governo lança Desenvolve Rural

Da redação

Os produtores familiares de Mato Grosso agora contam com mais apoio para adquirir máquinas e implementos agrícolas. Através do programa Desenvolve Rural, serão ofertados R\$ 1,5 milhão em crédito, com taxa de juros de 1% ao mês, podendo chegar até 0,80% ao mês para pagamento em dia. Anualmente, essa taxa pode variar de 9,6% a 12%, sem reajuste.

O novo programa, oferecido pelo Governo de Mato Grosso por meio da Agência de Fomento de Mato Grosso (Desenvolve MT), apoia tanto os produtores rurais que trabalham com culturas temporárias, como soja e milho, quanto culturas permanentes, como banana, além da pecuária e piscicultura.

"Queremos que os agricultores do nosso estado tenham acesso a recursos. Compreendemos a importância da sustentabilidade e da inovação no campo. Por isso, também apoiamos a implantação de sistemas de irrigação eficientes e biodigestores para a produção de biometano. Oportunizar acesso ao crédito, do campo à cidade, é o nosso compromisso", afirmou Mayran

Beckman, presidente da Desenvolve MT.

Para acessar esse crédito, é essencial que os produtores atendam a certos requisitos, incluindo a comprovação de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todas as propriedades rurais, destinado a integrar informações ambientais com o objetivo de monitorar e planejar o uso sustentável dos recursos naturais.

A produção familiar tem contribuído significativamente para o desenvolvimento econômico da maioria dos municípios de Mato Grosso. O crédito busca alavancar ainda mais os avanços tecnológicos e a mecanização agrícola para apoiar as atividades no campo.

Entre os itens financeiros estão tratores, colhedoras, pulverizadores, plantadeiras e uma variedade de equipamentos essenciais para as operações agrícolas e agroindustriais. "Com o crédito, os produtores poderão comprar máquinas e mecanizar a produção. Estamos vivendo uma nova fase no campo, com mais produtividade e renda para as famílias", afirmou Luluca Ribeiro, secretária

de Agricultura Familiar de Mato Grosso.

A linha foi desenvolvida conforme demanda do setor e envolveu debate com a Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Extensão Rural (Empaer) e a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf), além de encontros com produtores rurais.

DESENVOLVE RURAL - A linha de crédito inclui duas modalidades de investimento para produtores rurais, seja pessoa física, jurídica ou cooperativa de produtores. As garantias incluem aval de sócio, terceiros, alienação fiduciária e fundo de aval.

"Sabemos que um dos principais fatores de sucesso para os produtores é o acesso a crédito com condições favoráveis. Esperamos impulsionar a modernização e a sustentabilidade das operações agrícolas em todo o estado, principalmente para os pequenos e médios produtores. O fundo de aval do Governo do Estado - MT garante também dá oportunidade ao produtor de renovar suas máquinas e equipamentos em caso de não ter uma garantia real", explicou César Miranda, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico.



A linha de crédito irá apoiar tanto produtores rurais que trabalham com culturas temporárias, quanto as permanentes

Máquinas: Financia até 85% de máquinas novas, limitado a R\$ 1,5 milhão, e 60% de máquinas usadas com até 8 anos, com crédito de até R\$ 800 mil. Há carência de até 6 meses e prazo de pagamento que varia de 60 meses (usadas) a 90 meses (novas). A taxa é de 1% ao mês, com bônus de adimplência, podendo reduzir para até 0,80% ao mês.

Podem ser financiados tratores, microtratores e motocultivadores; máquinas autopropelidas para adubação, pulverização, colheitas e outras atividades de produção rural;

colhedoras; grade, arado e escarificador; distribuidor de adubo, calcário e ração; pá carregadeira e plaina agrícola; plantadeira e pulverizador; carreta agrícola; roçadeira; ensiladeira; e tanque móvel.

Equipamentos: Poderá ser financiado até 60% do valor da nota fiscal, com teto de até R\$ 250 mil. O prazo para pagamento é de até 90 meses, incluindo carência de até 6 meses. A taxa é de 1% ao mês com bônus de adimplência de 10%.

Podem ser financiados: equipamentos para agroindústrias rurais; componentes para im-

plantação de ordenhas mecânicas canalizadas, sistema de criação de peixes em cativeiro e a implantação de sistema de irrigação; biodigestores para produção de biometano, tanque de armazenamento de gás e kit conversor de motor para gás biometano; máquinas de beneficiamento de grãos, cereais, castanhas, raízes, palmeiras, frutas, legumes e cana-de-açúcar; triturador, misturador e ensacadeira.

Os interessados podem acessar o site www.desenvolve.mt.gov.br ou entrar em contato pelo número (65) 3613-7900.